



ATA Nº.24/2013
REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BORBA
REALIZADA NO DIA 06 DE NOVEMBRO DE 2013

Aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu pelas dez horas a Câmara Municipal de Borba, com a presença dos senhores vereadores Joaquim dos Santos Paulo Espanhol, Jerónimo João Pereira Cavaco, Benjamim António Ferreira Espiguinha e Joaquim José Serra Silva, sob a presidência do Senhor António José Lopes Anselmo.-----

Como secretária à reunião esteve presente a funcionária Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Coordenadora Técnica, da Câmara Municipal de Borba.-----

Movimento Financeiro -----

Foi presente e distribuído o resumo de tesouraria do dia 05 de novembro de setembro de 2013 que acusa um total de disponibilidades de 1.203.434,37 euros.-----

-----PONTO 1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

Ponto 1.1 – Assuntos Gerais de Interesse para a autarquia-----

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião e perguntou ao restante executivo se tinham algum assunto geral de interesse para a autarquia que pretendessem apresentar.-----

Usou da palavra o vereador Joaquim Serra e, aproveitando a altura de preparação de orçamentos, certamente que se vai preparar o Orçamento e o Plano de Atividades para a Câmara Municipal de Borba, disse que aquilo a que se tem assistido nos últimos tempos, por parte do Governo Central, são cada vez mais medidas anti- poder/local. Foi a nova Lei das competências, que



foi aprovada e publicada em setembro, na altura da campanha eleitoral, possivelmente para que muitas pessoas não tivessem conhecimento da proposta final, foi também alterada a Lei das Finanças Locais e certamente vai trazer mais complicações à gestão dos Municípios, e agora por fim o Orçamento de Estado para 2014 com tudo aquilo que trás de austeridade, quer para as pessoas, quer para as instituições, quer para as empresas, quer também para os próprios Municípios. *“Deixa assim o seu repúdio pelas medidas que têm vindo a ser tomadas pelo Poder Central, que em nada beneficiam as populações do interior, nomeadamente, populações de meios pequenos como é o caso de Borba”*.-----

-----PONTO 2. ORDEM DO DIA-----

A Ordem do dia foi a seguinte:-----

Ponto 2. Ordem do Dia-----

Ponto 2.1 – Aprovação da Ata nº.23/2013-----

Ponto 2.2 – Requerimento-----

Ponto 2.3 – Proposta de Fixação de Taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2014-----

Ponto 2.4 – Proposta de Lançamento de Derrama para o ano de 2014-----

Ponto 2.5 – Proposta de Fixação de Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2014-----

Ponto 2.6 – Proposta de Fixação de Participação Variável do IRS para o ano de 2014-----

Ponto 2.7 – Pedido de Autorização para solicitação de propostas para Empréstimo de Curto Prazo para o ano de 2014-----

Ponto 2.8 – Proposta de 2ª Revisão Orçamental (2ª Revisão ao Orçamento da Despesa)-----

Ponto 2.9 – Proposta de celebração de Protocolo entre o Município de Borba e o Agrupamento Vertical de Escolas do Concelho de Borba-----

Ponto 2.10 – Proposta de anulação de fases de procedimento concursal e de alteração à composição do júri-----



Ponto 2.11 – Proposta de Alteração às Normas de Participação Gerais na Festa da Vinha e do Vinho (Vinhos)-----

Ponto 2.12 – Proposta para abertura de procedimento “Aquisição Contínua de Combustíveis Rodoviários – Gasóleo e Gasolina – para os anos de 2014/2015----

Ponto 2.13 – Designação de um representante do Município no Conselho Geral da GESAMB-----

Ponto 2.14 – Designação de um representante do Município no Núcleo Local de Inserção-----

Ponto 2.15 – Designação de um Representante do Município na Equipa de Coordenação Concelhia no âmbito do Programa de Intervenção Precoce-----

Ponto 2.16 – Designação de um representante do Município na Assembleia Geral da Associação ESTER-----

Ponto 2.17 – Designação dos representantes do Município no Conselho Geral do Agrupamento Vertical de Escolas do Concelho de Borba-----

Ponto 2.18 – Atividades da Câmara-----

PONTO 2.1 – APROVAÇÃO DA ATA Nº.23/2013-----

Por não se encontrar concluída a aprovação da Ata nº.23/2013 transitou para a próxima reunião de Câmara.-----

PONTO 2.2 – REQUERIMENTO-----

Presente o requerimento de Diogo Manuel Canhão Sapatinha, residente na Rua Combatentes do Ultramar nº. 23 em Borba, na qualidade de comproprietário do prédio urbano, sito na Rua Combatentes do Ultramar, nº.s 7 e 9, em Borba, inscrito sob o artigo matricial nº.277, descrito na Conservatória do Registo Predial de Borba sob o nº.3077/20111124, da freguesia Matriz, **requerendo declaração nos termos da Lei nº.107/2001, de 8 de setembro, para efeitos do direito do exercício de preferência, informando que pretende transacionar o referido prédio pelo valor de 212.500,00 Euros.-----** Assim, conforme estipulado no nº.1 do artigo 37º da Lei nº.107/2001, de 8 de



setembro e, tendo em conta parecer jurídico anexo, a Câmara Municipal deverá deliberar declarar que não pretende exercer o direito de preferência na aquisição do referido prédio, pelo valor de 212.500,00 Euros.-----

O Senhor Presidente informou que tendo em conta a forma como os pareceres jurídicos foram apresentados (escritos à mão), quando seguiram os documentos com a ordem do dia, nomeadamente, o parecer referente a este ponto e outros, falou com a Consultora Jurídica da Câmara e deu-lhe a entender que havia muita dificuldade na perceção da sua letra, e que esta forma de pareceres deveria ser alterada. Assim, e em relação aos documentos que seguiram com a ordem do dia há já alguns documentos com os pareceres feitos no sistema, pela própria jurista, e que vão ser entregues aos vereadores, para substituírem pelos enviados anteriormente. Disse ainda que a partir de agora todos os pareceres jurídicos vão ser feitos no sistema, o que permite a todos uma melhor perceção.-----

O Senhor Vereador Jerónimo Cavaco disse ser um avanço considerável a jurista fazer os pareceres jurídicos no sistema, pois tudo se tornará mais perceptível. Sabe que sempre foi a prática nos anteriores executivos, os pareceres jurídicos serem escritos à mão, o que lhe fazia muita confusão, nomeadamente, pareceres jurídicos escritos à mão e rasurados. Disse ainda que num documento desta reunião existe um parecer jurídico, que ele próprio teve muita dificuldade em perceber o que está escrito.-----

O senhor vereador Joaquim Serra interveio, elogiando a forma como os pareceres começaram a ser feitos. Salientou que tinha levado 12 anos a pedir que a jurista fizesse os pareceres como deveria ser, pois era extremamente difícil perceber a sua letra, e sempre lhe disseram que era assim que a jurista os fazia. Finalmente esta situação mudou!-----

O senhor vereador Jerónimo Cavaco, acrescentou que enquanto foi presidente da Assembleia Municipal, tiveram necessidade de solicitar dois pareceres jurídicos e os dois pareceres foram recusados porque a Assembleia Municipal, não aceitou que os pareceres fossem entregues em papel manuscrito, à mão, sem qualquer tipo de entendimento. Das duas vezes a senhora consultora jurídica acabou por fazer os pareceres da forma como deveriam ser feitos.



Acrescentou que a imprecisão que pode vir da letra da forma como ela escreve, pode colocar em risco o próprio parecer num simples número um num Decreto-Lei. Ainda não viu os pareceres agora apresentados mas, de qualquer das formas, pensa que finalmente se conseguiu resolver esta questão.-----

Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação, tendo sido deliberado, por maioria, com quatro votos a favor e uma abstenção, a Câmara Municipal não exercer o direito de preferência, pelo valor cima referido. Votaram a favor o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores Joaquim dos Santos Paulo Espanhol, Jerónimo João Pereira Cavaco e Benjamim António Ferreira Espiguinha. Absteve-se o Senhor vereador Joaquim José Serra Silva, lamentado o facto de a câmara não ter condições para exercer o direito de preferência, pelas condições do imóvel e pelos valores.-----

O vereador Benjamim Espiguinha disse que o seu sentido de voto se deve ao facto de considerar não haver condições para a Câmara exercer o direito de preferência.-----

O Senhor Vereador Jerónimo Cavaco disse ao Senhor Presidente, que seria importante que, os serviços, logo que tenham tempo, verifiquem o património que o Município tem, para que no futuro possam tomar algumas decisões. Tal como não têm dinheiro para exercer o direito de preferência, neste caso, poderão também não ter não ter dinheiro para continuar a manter todo o património que a Câmara possa dispor neste momento.-----

Ficarão os referidos documentos (requerimento e parecer jurídico) arquivados em pasta anexa com o número 1.-----

PONTO 2.3 – PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE TAXAS DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA O ANO DE 2014-

Previamente distribuída por todo o executivo esteve presente informação apresentada pelo Chefe de Divisão para a fixação de Taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2014 (que ficará arquivada em pasta anexa como documento n.º.2.)-----



De acordo com a referida informação, nos termos da alínea ccc) do 33º da lei nº.75/2013, de 12 de setembro, e em conformidade com o disposto no artigo 112º do CIMI, o Senhor Presidente propôs que a Câmara Municipal de Borba solicite deliberação da Assembleia Municipal de Borba a fixação das seguintes taxas de IMI:-----

- a) Prédios rústicos: 0,8%;-----
- b) Prédios urbanos: 0,8%;-----
- c) Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI: 0,5%;-----
- d) As taxas previstas nas alíneas b) e c) são elevadas, anualmente, ao triplo nos casos de prédios em ruínas;-----
- e) Agravamento de 30% da taxa aplicável aos prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens.-----

O Senhor Presidente disse que relativamente a esta proposta devem ter uma opinião comum. Contudo, devido aos compromissos assumidos anteriormente, considera não haver outra alternativa senão aplicar as taxas máximas. Considera grave esta situação porque, neste momento de crise, gostaria que as pessoas de Borba deveriam pagar o menos possível, e ao contrário vão pagar ainda mais. O que se está a fazer ao Poder Local é complicado, principalmente nos municípios como o de Borba que tem poucas receitas. Disse já ter falado com alguns Presidentes de Câmara do distrito, no sentido de uma forma equilibrada tentarem uma posição mais forte em relação a determinados assuntos mas, neste caso, não temos hipóteses nenhuma.-----

Inteiveio o Senhor vereador Jerónimo Cavaco, dizendo estavam debaixo de um programa, que de acordo com a lei em vigor, os limitava relativamente à decisão destes pontos. Este Programa chama-se PAEL, e foi aprovado no ano anterior em Assembleia Municipal, tendo em conta uma lei que “obrigou”, o município de Borba a ser “empurrado”, para o programa de apoio à economia local.-----



Referiu que enquanto presidente da assembleia municipal, e perante a atual situação e a legislação em vigor na altura, não havia outro caminho, este era o caminho a ter que ser seguido.-----

Na sua opinião, existe uma forma de dar a volta a esta questão. Embora o PAEL diga que devem ser cobradas as taxas máximas, existe sempre a possibilidade de apresentar propostas alternativas. O IMI representa cerca de 38% dos impostos recebidos pela câmara municipal de Borba, logo se reduzimos a despesa numa outra rubrica, já teremos a hipótese de não cobrar uma taxa tão elevada no IMI. No seu ponto de vista, era aquilo que já deveria estar a ser tratado com a DGAL.-----

Quando se fala em taxas máximas, elas incidem sobre o valor patrimonial, e essas avaliações são feitas sobre o valor de construção/m², e esse valor não é real, porque o valor do m² hoje em dia já é mais baixo do que quando foram feitas as avaliações.-----

Segundo a sua opinião, a câmara tem condições para poder ajudar os municípios a preparar uma nova avaliação com base no novo preço do m², através de um programa simples de cálculo em Excel, utilizando no Balcão Único, Loja do Cidadão, etc. Embora exista depois menos receita para a câmara, no caso de se confirmar que a avaliação está mais baixa, mas assim os municípios também pagariam menos.-----

Disse que aquilo eram duas propostas que poderiam verificar se eram exequíveis ou não! Salientou que estava ali para assumir a responsabilidade política que tinha tomado enquanto presidente da assembleia municipal.-----

Realçou que deveriam tentar novas soluções alternativas, bem como, verificar junto da DGAL se poderiam compensar aquela taxa, com outras medidas de ajustamento.-----

Usou da palavra o Senhor Presidente e disse que estavam a tratar da questão das reavaliações dos prédios. No que respeita à questão do PAEL, informou que iria ter uma reunião com a ROC, para averiguar qual era a margem de manobra, relativamente àquele assunto. Relativamente à DGAL estavam a manter contato no sentido de obterem resposta a eventuais assuntos.-----

Referiu que o orçamento de estado era muito limitador, e ainda mais, para



aqueles municípios que têm uma dívida mais elevada. No entanto estão a encetar esforços no sentido de renegociar, a dívida. Existem muitas situações que têm que ser vistas e revistas, mas tudo isso têm que ser com algum tempo. Salientou que tinham agendado reuniões com entidades, com as quais existem questões que tinham que ser resolvidas.-----

Realçou que tudo o que seja possível fazer, humanamente e tecnicamente, em prol do concelho e dos munícipes, será feito.-----

O senhor vereador Benjamim Espiguiha, referiu que não podia esquecer qual tinha sido o sentido de voto do senhor presidente e do senhor vereador Jerónimo, no passado em relação ao IMI. Se havia ali alguém que sempre tinha votado contra a aplicação das taxas máxima, esse alguém era ele, enquanto membro da assembleia municipal no mandato anterior. Era bom não esquecerem, o sentido de voto manifestado no passado.-----

Disse que lhe tinha causado alguma perplexidade ver promessas eleitorais, que iam no sentido de baixarem as taxas de IMI, quando existiam condicionantes que não o permitiam fazer.-----

Na sua opinião, não encontra grande possibilidade, alternativa, em reduzirem o valor da taxa do IMI, porque estavam obrigados pelo PAEL, pela via do programa de apoio financeiro, aplicar taxas máximas. Com muita pena sua, irá votar favoravelmente, mas tinha que o fazer, porque tinha sido um compromisso assumido por aquela câmara, e se não forem aplicadas aquelas taxas, seriam criadas condições gravíssimas para o município.-----

Usou da palavra o senhor vereador Joaquim Serra dizendo que ao longo dos anos sempre tinha votado contra a aplicação das taxas máximas de IMI. A ideia do anterior executivo era que se deveriam aplicar sempre as taxas máximas. Referiu que sempre tinha feito propostas alternativas, no sentido de optarem por a fixação de taxas intermédias, prevendo que com a nova reavaliação dos prédios, os munícipes iriam pagar valores mais altos. Salientou que comparando a receita cobrada do IMI nos anos de 2012 e 2013, existe um aumento na ordem dos 50%, mas isto não fica por aqui, porque no ano de 2014 o IMI volta a aumentar.-----

Referiu não saber se tinha sido feita alguma avaliação relativamente aos



parâmetros da receita do IMI, que estava estabelecida pelo PAEL, o que o leva a não saber se a câmara de Borba está dentro desses mesmos parâmetros de ação. Na sua opinião a única saída que existe para este problema será a negociação do programa de ação financeira.-----

Disse que a reavaliação de um imóvel, feita por requerimento por parte do proprietário, tinha custos, os quais não são pequenos.-----

Realçou, que tinha votado contra o PAEL porque na sua opinião, naquela altura tinham existido soluções alternativas, e como tal vai votar contra esta proposta, porque existem possibilidades de renegociação.-----

Frisou, que a própria lei indicava que no caso de não ser tomada nenhuma deliberação, relativamente à fixação das taxas, seria aplicada aquela que mais penalizaria o município, ou seja, seria as taxas mínimas. Na sua opinião a receita do IMI será ao longo dos anos do PAEL, mais elevada do que aquela, que estava prevista inicialmente. Considera que a Câmara ainda não tem condições de aplicar a maior parte das agravantes ali mencionadas, aliás, existindo uma contradição na informação, o qual diz "que o trabalho está feito, mas não está acabado".-----

O Senhor Vereador Jerónimo Cavaco disse ao senhor vereador Joaquim Serra, que está de acordo com a análise que ele fez relativamente áquilo que é o enquadramento, ou seja, as medidas apresentadas no PAEL são objeto de reanálise pelo município e pelo estado com uma periodicidade anual. Contudo quando o vereador Joaquim Serra refere que existiam alternativas, não existiam porque o município de Borba foi obrigado a aderir a este programa. Referiu que concordava com o vereador Serra, no que diz respeito ao aumento substancial da receita, e vai continuar a aumentar. Temos que ter a consciência que vai ser gravoso para 2014 e 2015, para a maioria dos munícipes, quando acabarem as cláusulas da salvaguarda, os aumentos vão ser "brutais". É nesta questão que entende que têm que ajudar a preparar os munícipes, porque depois vão acontecer problemas maiores, em que não há receita, porque as pessoas vão deixar de ter capacidade para pagar o IMI. Tendo em conta que estamos com uma receita superior áquilo que inicialmente estava previsto; tendo em conta que em termos de programa de



ajustamento interno, que tem definido o valor a cobrar pelo IMI, que implica a taxa máxima, entende que deveriam negociar com a DGAL, no sentido de transmitir que esta taxa tem que ser revista. Nem que para isso tenham que criar condições para que a receita que eventualmente se venha a perder (que não acredita que se perca porque ela está a crescer) tenha que ser “ressarcida” de outra fonte qualquer. A Câmara de Borba tem que criar condições para que isto aconteça.-----

Quando o Senhor Presidente refere que “...está a trabalhar nesse sentido, que ainda tem pouco tempo..., mas temos um chefe de divisão que não parou de trabalhar e que tem que ter a responsabilidade de preparar este tipo de questões. O Senhor Presidente não pode limitar-se só a dizer “nós não podemos fazer de outra maneira porque a tal estamos obrigados”.-----

Até porque a Lei diz” os planos dos municípios que integram o PAEL, devem respeitar ainda... “uma coisa é respeitar, outra é estar taxativamente obrigado”.-----

Realçou que tem que haver soluções alternativas, que podem ser encontradas em conjunto, e para isso é necessário ver com o chefe de divisão se foi desenvolvida alguma ação com a DGAL, ou com alguma entidade competente a este nível, que nos permita dizer “não vale a pena, porque eles não aceitam.--

O Senhor Presidente disse que, tal como já informou, ainda hoje vai realizar-se uma reunião com a ROC, para ver a possibilidade de negociar ou renegociar, tudo aquilo que for possível.-----

No que respeita ao IMI, informou que o lhe foi transmitido era que tinha que ser aquela taxa a aplicar, mas nada impedia que após a informação semestralmente da receita, aquela taxa não possa ser alterada.-----

No que respeita ao pagamento das reavaliações dos imóveis, a informação que lhe tinha sido dada era que o proprietário só pagava se a reavaliação do imóvel fosse para um valor igual ou superior.-----

Ainda relativamente às taxas de IMI a aplicar, compreende que é uma situação que agrava bastante a vida das pessoas. Mas sem qualquer tipo de promessas pensa que dentro de pouco tempo, irão avaliar a situação e, com calma, ver qual é a melhor solução para melhorar.-----



Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por maioria, com três votos a favor, um voto contra e uma abstenção, a sua aprovação. Votaram a favor o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores Joaquim dos Santos Paulo Espanhol e Benjamim António Ferreira Espiguinha. Votou contra o Senhor vereador Joaquim José Serra Silva, que apresentou declaração de voto. Absteve-se o Senhor vereador Jerónimo João Pereira Cavaco.-----

Declaração de voto apresentada pelo vereador Jerónimo Cavaco: “abstenho-me porque entendo que nós conseguiríamos, com tempo, encontrar soluções alternativas relativamente a este ponto. Não pretendo com este voto de abstenção fugir às minhas responsabilidades políticas. Eu fui daqueles que aprovei o PAEL. Entendo que o há, mas entendo que nós deveríamos ter tido capacidade de encontrar uma solução alternativa, porque há certamente formas de o fazer, e referi isso. De facto há aqui uma série de coisas no âmbito do programa que, na minha opinião, não estão a correr bem e não estão devidamente a ser cumpridos e que poderemos ter problemas com a inspeção-geral das finanças, como relatórios periódicos que não estão aparecer e situações do género. Isto não é da responsabilidade do Senhor Presidente, é da responsabilidade do chefe de divisão, mas em última instância serão suas, e que nós deveríamos ter a capacidade de encontrar soluções alternativas. Acho que temos quadro humano na câmara municipal de Borba para, junto das instituições que têm responsabilidade nesta área, encontrar as soluções. A minha abstenção vai no sentido de demonstrar que a proposta tinha que vir à reunião de câmara, mas não concordo com ela porque tinha que haver soluções alternativas”.-----

Declaração de voto apresentada pelo Vereador Joaquim Serra: “votei contra a proposta apresentada porque entendo que ela é lesiva nos interesses dos munícipes, no sentido em que com a atual situação de crise que todos vão vivendo, em que as famílias têm cada vez menos rendimentos disponíveis uma agravante de impostos é sempre a retirar mais do mesmo, ou seja, é retirar ainda mais rendimento disponível. Penso que o PAEL, e aprovação do PAEL, foi determinante para estar aqui esta proposta, eu não aprovei o PAEL, e estou



liberto disto para poder fazer esta proposta, no entanto, penso que mesmo com o PAEL, é possível tentar renegociar o plano de ajustamento financeiro que existe. Mas isso, tem de ser feito com muito trabalho e com muito profissionalismo, não pode ser feito só, pensando que se altera uma proposta aqui ou ali, que se consegue. Tem que ser uma coisa bem amadurecida e bem pensada, que acho que não foi aquilo que foi feito no próprio plano de ajustamento financeiro do PAEL. Foi tudo muito a correr, muito em cima da hora, agora penso que já se deveria ter amadurecido sobre isso. Também dizer que monitorização do PAEL aponta para o contrário daquilo que está a ser dito aqui, obriga a relatórios trimestrais, sobre a evolução do PAEL e nós nunca tivemos acesso a nenhum desses relatórios, nunca houve relatórios desses tipos em conta. Por isso nós não sabemos se a receita está a responder ou não, se estamos longe ou perto. A única informação que foi dada pelo PAEL, foi que as tranches vieram e que se pagou às pessoas. Foi a intervenção que houve sobre o PAEL. E quem estava na assembleia municipal também deve saber que foi essa a informação que foi prestada, mas isso não é a monitorização do PAEL, mas como tal deve haver essa monitorização. Na conta também deve haver um relatório sobre o cumprimento do PAEL. Deixo esta recomendação que se continue a trabalhar no plano de ajustamento financeiro, no sentido de melhorar para o lado do município e não para o lado de quem nos emprestou o dinheiro”.....

PONTO 2.4 – PROPOSTA DE LANÇAMENTO DE DERRAMA PARA O ANO DE 2014-----

Previamente distribuída por todo o executivo esteve presente informação apresentada pelo Chefe de Divisão para o lançamento de taxa de derrama para o ano de 2014 (que ficará arquivada em pasta anexa como documento nº.3.)---- De acordo com a referida proposta, e nos termos da alínea ccc) do 33º da lei nº.75/2013, de 12 de setembro, o Senhor Presidente propôs que a Câmara Municipal de Borba solicite deliberação da Assembleia Municipal de Borba para o lançamento de taxa de derrama de 1,5% do lucro tributável das



empresas sujeitas e não isentas de IRC para o ano de 2014, em conformidade com o preceituado na Lei das Finanças Locais e conforme previsto no PAF do Município de Borba aprovado em candidatura ao PAEL.-----

Antes de colocar a proposta à votação o senhor Presidente, lembrou que já havia referido por diversas vezes e quanto se abordava a questão do emprego, que a criação de novas empresas, seria um fator importante para esta terra. Em dois dias destinados a fazer atendimento ao público, atendeu cerca de 50 pessoas, onde uma minoria eram assuntos relacionados com a terra, e os restantes com falta de trabalho.-----

Especificamente e em relação à possibilidade de criação de emprego, acrescentou terem os objetivos muito definidos. Informou já ter contactado com algumas empresas da zona, onde uma delas, situada na estrada de vila viçosa, que está agora em construção, tem previsto criar pelo menos 15 postos de trabalhos, sendo que, pelo menos 13 estão destinados para pessoas do Concelho e que, segundo informação dada, tiveram dois anos à espera que uma determinada situação fosse resolvida.-----

Falou também, com uma pessoa de Borba, que se mostrou interessada em construir uma sucata organizada, onde pelo menos seriam criados 7 postos de trabalho, para além deste tipo de empresa era seu interesse criar um entreposto de azeite ou mesmo um lagar.-----

Quanto á proposta apresentada, na sua opinião, considera ser elevada. Quanto à informação que lhe deram foi que seria esta a taxa a aplicar.-----

Usou da palavra o Senhor Vereado Jerónimo Cavaco, referindo que tudo o que disse em relação ao IMI aplica-se também à derrama, apenas com duas variações, primeira: na carta de intenções do Movimento pelo qual o Senhor foi eleito escreveu: “isentar de derrama e de algumas taxas as empresas criadoras de empregos”. Considera isto uma desonestidade muito grande, porque certamente já sabia que não o podia fazer, a não ser que não tivesse conhecimento do documento, e que poderá ter acontecido. Isto significa que dizemos muitas coisas que, na prática, não acontecem, porque não são legais e não as podemos fazer. Quando o Senhor Presidente diz que há empresas que estão á espera há dois anos, para se instalarem, não acredita que tenha



havido tentativa de “boicote”, por parte do anterior executivo, a algumas das empresas que se quiseram instalar, mas com o tempo o Senhor Presidente terá oportunidade de o mostrar no futuro.-----

Relativamente à derrama disse ao Senhor Presidente que é talvez a primeira promessa que o Senhor Presidente não vai cumprir, porque sabia que não o podia fazer. Independentemente do peso que a derrama tem daquilo que é a receita da Câmara Municipal de Borba, pergunta porque é que os serviços não estão a trabalhar numa revisão daquilo que são as condicionantes do PAEL. Se não estão, deveriam estar a trabalhar do outro lado da despesa e de outras receitas para compensar aquelas medidas que imediatamente poderiam e deviam ser implementadas, tendo em conta o agravamento da situação que se prevê para o próximo ano.-----

Referiu que admite que não tenha havido, por parte deste executivo, tempo suficiente para apresentar propostas e soluções alternativas, senão votaria contra. Dá-lhe o benefício da dúvida, porque afinal ainda não há um mês de trabalho, e não é fácil. Mesmo assim considera que há serviços que continuam a trabalhar na Câmara Municipal de Borba e deveriam ter o trabalho feito.-----

Usou da palavra o Senhor vereador Joaquim Serra referindo que sempre esteve contra a maneira de aplicar a derrama no concelho de Borba, e sempre propôs que se utilizasse aquilo que a legislação previa, ou seja, haver uma derrama diferenciada para um determinado tipo de empresas, e aqueles que tivesse um lucro tributável abaixo dos 150 mil euros tivessem uma taxa reduzida, ou que tivessem isentos. Temos aqui três mecanismos que no fundo são importantes para a economia local: IMI, Derrama e Taxa Variável no IRS. Estes três mecanismos têm que ser utilizados conjuntamente. É evidente que nenhum deles é suficiente para fazer instalar uma empresa em Borba. Mas todos eles aplicados de forma coerente são um sinal de que há abertura, de que há possibilidade e de que se quer criar uma alguma coisa diferente. O aplicar tudo como a Lei exige, desta forma taxativa, sem nenhum estudo sem nenhuma análise, não nos diferencia de ninguém. Entende que temos que passar para questões diferentes. Esta questão da derrama, com a crise a



acentuar-se, as empresas cada vez com mais dificuldades, se verificar-mos no ano de 2013 a derrama cobrada foi inferior ao ano de 2012, e infelizmente em 2014 será ainda pior, porque cada vez menos as empresas conseguem ter lucros para pagarem a sua derrama. Acrescentou terem que conhecer profundamente o Programa de Ajustamento Financeiro, e como estamos a evoluir, porque este Programa evolui em dois campos: no campo da receita e no campo da despesa. Aqui há que tomar medidas e saber o que estamos a cumprir, ou seja, se estamos a cumprir do lado da receita, ou do lado da despesa. Se estivermos a cumprir do lado da receita, assim podemos criar outras medidas que tenham um impacto menos pesado do lado da população. Referiu que vai manter o mesmo sentido de voto (votar contra) e sugere que a Câmara analise, em devido tempo, estes três instrumentos, de modo que se veja o que é possível fazer no Programa de Ajustamento Financeiro quando ele for visto com a DGAL, na sua avaliação anual. Disse ainda que esta discussão poderia ter tido outro entendimento se tivessem o relatório da execução do PAEL.-----

Referindo-se ao que foi dito pelo vereador Jerónimo Cavaco "...há serviços que continuam na Câmara Municipal de Borba e deveriam ter o trabalho feito..." disse que também há pessoas que assumiram este PAEL e que o assinaram, e deveriam ser essas pessoas que deveriam dar instruções aos serviços, no sentido de trabalhar na sua revisão, porque o PAEL era mau de mais.-----

Não aponta estas críticas ao atual executivo, que tem menos de um mês de funções, reporta-as para o anterior executivo que logo no dia em que assinou o PAEL deveria ter começado a trabalhar na sua revisão. Disse também ter estranhado estes pontos terem vindo a esta reunião e não ter sido tratado pelo anterior executivo, porque todos os anos estes assuntos eram tratados em setembro, mas certamente não lhe deu jeito tratar.-----

Interveio o Senhor vereador Benjamim Espiguiinha e disse que os argumentos que apresentou no ponto anterior, aplicam-se também a este ponto. Referiu que votou a favor do PAEL, e sente agora a obrigação de ser coerente, ou seja, votar favoravelmente estes pontos do IMI, Derrama e Participação Variável do IRS, e todos conhecem a sua posição em termos de Assembleia Municipal.



Por isso, o seu sentido de voto vai-se manter. Entende que os argumentos que o PSD utilizou, ao longo do último mandato, em relação à derrama mantêm-se só que agora estão obrigados a isso, porque assumiram um compromisso, e entende que os compromissos são para ser honrados. “alguns dizem que as dívidas gerem-se, eu entendo que as dívidas pagam-se, os Programas e os Acordos que são assinados cumprem-se.”-----

Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por maioria, com três votos a favor, uma abstenção e um voto **contra, a sua aprovação**. Votaram a favor o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores Joaquim dos Santos Paulo Espanhol e Benjamim António Ferreira Espiguinha. Absteve-se o Senhor vereador Jerónimo João Pereira Cavaco. *Votou contra o Senhor vereador Joaquim Serra referindo que a derrama deveria ser uma derrama diferenciada entre aquilo que são as grandes empresas e as empresas com movimentos inferiores a 150 mil euros, e que isso poderia ser concretizado, e certamente no plano de ajustamento financeiro a receita poderia ser igual.*-----

PONTO 2.5 – PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA O ANO DE 2014-----

Previamente distribuída por todo o executivo esteve presente informação apresentada pelo Chefe de Divisão para fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2014 (que ficará arquivada em pasta anexa como documento nº.4.)-----

De acordo com a referida proposta, e nos termos da alínea ccc) do 33º da lei nº.75/2013, de 12 de setembro, o Senhor Presidente propôs que a Câmara Municipal de Borba solicite deliberação da Assembleia Municipal de Borba para fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem em 0,25% em conformidade com o disposto na Lei nº.5/2004, de 10 de fevereiro.-----

Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por maioria, com três votos a favor, uma abstenção e um voto



contra, a sua aprovação. Votaram a favor o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores Joaquim dos Santos Paulo Espanhol e Benjamim António Ferreira Espiguinha. Absteve-se o Senhor vereador Jerónimo João Pereira Cavaco. Votou contra o Senhor vereador Joaquim José Serra Silva por considerar que esta taxa deveria ser paga pelas operadoras de comunicações e não pelos munícipes.-----

PONTO 2.6 – PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO IRS PARA O ANO DE 2014-----

Previamente distribuída por todo o executivo esteve presente informação apresentada pelo Chefe de Divisão para fixação de participação variável do IRS para o ano de 2014 (que ficará arquivada em pasta anexa como documento nº.5).-----

De acordo com a referida proposta, e nos termos da alínea ccc) do 33º da lei nº.75/2013, de 12 de setembro, o Senhor Presidente propôs que a Câmara Municipal de Borba delibere solicitar autorização à Assembleia Municipal de Borba para fixação de participação de IRS de 5% para o ano de 2014, em conformidade com o preceituado na Lei das Finanças Locais e conforme previsto no PAF do Município de Borba aprovado em candidatura ao PAEL.-----

Relativamente a esta proposta o Senhor Presidente referiu que, tendo em conta informação que lhe transmitiram, o valor que o IRS representava para o município é de cerca de 130 mil euros salientando que, neste momento, este valor é muito importante, embora considere lamentável.-----

O Senhor vereador Jerónimo Cavaco usou da palavra e disse que todas as propostas do senhor presidente são justificadas com o preceituado na lei das finanças locais e conforme previsto no programa de ajustamento financeiro do município, no âmbito do contrato celebrado em termos de PAEL. Obviamente que todas as câmaras que estão ao abrigo deste programa – PAEL têm, ou não, a questão do ajustamento á taxa máxima.-----



Disse ao Senhor Presidente que poderia aproveitar as suas presenças nas reuniões da CIMAC, para verificar se existiria alguma tentativa das outras Câmaras, ainda que em situações diferentes, no sentido de propor alterações a esta questão.-----

Salientou que todas estas taxas, que estão aqui a discutir, saem dos bolsos dos mesmos. Acrescentou que derivavam de imposições legais, e particularmente do PAEL, mas reforçou a ideia que era necessário encontrar soluções alternativas, porque o rendimento das famílias vai diminuindo drasticamente. Acha que, em conjunto, é possível encontrá-las, mas têm que começar a trabalhar rapidamente nesse sentido.-----

Usou da palavra o Senhor Vereador Joaquim Serra, sobre esta questão referiu que o que a Lei diz é que 5% é o que compete aos municípios, de acordo com o orçamento de estado. No entanto, esta participação poderia ser de 3% a favor do Município e 2% que poderiam reverter para os munícipes, ou seja, se a Câmara em vez de fixar em 5%, fixasse em 3%, 2% ficavam nos bolsos dos munícipes. Numa altura em que a crise se faz sentir, em que as famílias têm um menor rendimento disponível, 2% de IRS faz toda a diferença. Salientou que o IRS no próximo ano será muito maior, porque a taxa a que as pessoas estão sujeitas, neste momento, é uma taxa maior, e esta será mais uma questão a verificar no plano de reajustamento financeiro.-----

Informou que esta questão não necessitava vir a reunião de Câmara, e seria aplicada a taxa de 5%, tal como se fez o ano passado.-----

O Senhor vereador Jerónimo Cavaco referiu concordar com a análise do vereador Joaquim Serra, ou seja, no próximo ano as receitas de IRS serão necessariamente superiores. Frisou mais uma vez que, em conjunto, têm que encontrar soluções alternativas. Referiu que o seu sentido de voto prende-se com o facto de considerar que existem alternativas senão votaria a favor, tal como o vereador Benjamim está a fazer, que decorre daquilo que é a legalidade do PAEL.-----



Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por maioria, com três votos a favor, uma abstenção e um voto contra, a sua aprovação. Votaram a favor o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores Joaquim dos Santos Paulo Espanhol e Benjamim António Ferreira Espiguinha., que apresentou declaração de voto. Absteve-se o Senhor vereador Jerónimo João Pereira Cavaco. *Votou conta o Senhor vereador Joaquim José Serra Silva por entender que deveria haver uma participação variável de 3%, a favor da Câmara, ficando os outros 2% para os municípios.*-----

PONTO 2.7 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA SOLICITAÇÃO DE PROPOSTAS PARA EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO PARA O ANO DE 2014-----

Previamente distribuída por todo o executivo esteve presente informação apresentada pelo Chefe de Divisão para solicitação de propostas para empréstimo de curto prazo para o ano de 2014 informando o seguinte:

1. A pretensão da Câmara Municipal de Borba encontra fundamentação na legislação vigente, nomeadamente no que concerne à finalidade de contração do empréstimo e respetiva maturidade do mesmo;-----
2. O valor máximo a considerar, à data, para efeitos de contração deverá ser o apresentado no quadro anterior (€ 397.842,20), sendo que se propõe a solicitação de propostas para o valor máximo de € 250.000,00, para dar continuidade à estratégia seguida nos últimos anos;-----
3. Para efeitos de contratação do empréstimo deverão ser solicitadas propostas, a pelo menos, 3 instituições de crédito;-----
4. Após receção das propostas, as mesmas deverão ser devidamente analisadas, resultando a análise em Informação que deverá ser presente à Câmara Municipal de Borba, que poderá propor a autorização de contratação à Assembleia Municipal de Borba.-----



De acordo com a referida informação, o Senhor Presidente propôs que Câmara Municipal delibere autorizar o pedido de propostas para contratação de empréstimo de curto prazo para o ano de 2014.-----

O Senhor Presidente começou por informar que esta proposta de empréstimo, é a que habitualmente vinha no final de cada ano para fazer face a despesas normais.-----

O Senhor vereador Benjamim Espiguiha referiu concordar com o valor apresentado. Referiu ainda que se recorda que o anterior presidente da câmara, de forma pomposa, dizia que para o ano 2013 podiam apresentar r um valor muito superior, mas não estava a pensar utilizar. Agora constata na informação presente, que no ano de 2013 foi utilizado um montante de 100.000,€. Faz esta observação, apenas para dizer que muitas vezes, de forma pomposa, se fazem determinadas intervenções, mas depois a realidade é bem diferente.-----

O senhor vereador Joaquim Serra, disse que concordava com a proposta e que o valor é razoável. Considera que deverá ser utilizado somente quando necessário e imprescindível, até para reduzir outro tipo de custos. É preferível utilizar o empréstimo de curto prazo para pagar a um fornecedor, porque se não se pagar têm que pagar juros de mora e fica muito mais caro.-----

Usou da palavra o senhor Vereador Jerónimo Cavaco, que concordou também tratar-se de um valor razoável. Quanto o vereador Benjamim Espiguiha referiu que no ano de 2013 foram apenas utilizados 100 mil euros. Concorda com a questão dos 100 mil euros, mas não podem esquecer que a Câmara Municipal de Borba nos últimos 4 anos, desde 2010 a 2013, conseguiu reduzir completamente a dependência financeira relativamente a esta questão dos empréstimos de curto prazo, o que significa que houve trabalho. Concorda com o vereador Serra quando diz que é preferível utilizar o empréstimo de curto prazo, sob pena de terem que pagar juros de mora.-----

Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, a sua aprovação.-----



Ficará cópia da referida informação arquivada em pasta anexa como documento nº.6.-----

PONTO 2.8 – PROPOSTA DE 2ª REVISÃO ORÇAMENTAL (2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA)-----

Previamente distribuída por todo o executivo esteve presente informação apresentada pela técnica superior para a 2ª Revisão Orçamental (2ª Revisão ao Orçamento da Despesa), cuja cópia ficará arquivada em pasta anexa como documento nº.7.-----

Assim, nos termos da alínea ccc) do 33º da lei nº.75/2013, de 12 de setembro, e por proposta do Senhor Presidente deverá ser submetida à aprovação da Assembleia Municipal a proposta de 2ª Revisão Orçamental (2ª Revisão ao Orçamento da Despesa)-----

O Senhor Presidente informou que esta proposta surge na sequência do pedido de subsídio de reintegração, apresentado pelo ex. vereador Humberto Ratado. Depois de analisado pela consultora jurídica, de acordo com a Lei tem direito só a um determinado valor, daí esta despesa ter que ser cabimentada em termos orçamentais, para se poder pagar o valor a que tem direito.-----

O Senhor vereador Joaquim Serra disse que gostaria de ver o anterior parecer da jurista, porque a questão do subsídio de reintegração foi revogada em 2005, e os direitos eram só até 2005. Perguntou se a câmara estava a pensar pagar o valor numa única tranche ou em várias tranches?-----

O Senhor Presidente respondeu que vai falar com o Dr. Humberto Ratado para combinarem como seria efetuado o pagamento, o qual será feito de acordo com a lei.-----

O Senhor vereador Joaquim Serra, acrescentou que ele já tinha usufruído de um subsídio de reintegração desta natureza e, na altura, a câmara decidiu unilateralmente, que fosse pago todos os meses. Nem sequer foi ouvido. Na altura a câmara não tinha disponibilidade financeira para pagar e decidiu efetuar o pagamento daquela forma.-----



O Senhor vereador Jerónimo Cavaco disse que após verificar a informação da Subunidade dos Recursos Humanos, esta apenas adianta uma estimativa do valor referente ao subsídio no montante de 17 mil euros. Como se trata de uma estimativa pergunta se o valor é menos ou mais que os 17 mil euros.-----

O Senhor Presidente explicou que a informação tinha sido feita por estimativa, porque a interpretação que havia da Lei era de que até 2005 havia direito a esse subsídio. Como entrou em 2001, foi feita uma estimativa em função desse tempo. Informou ainda que tendo direito a receber e havendo fundos disponíveis, certamente que vai receber da forma a acordar.-----

Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, a sua aprovação.-----

PONTO 2.9 – PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE BORBA E O AGRUPAMENTO VERTICAL DE ESCOLAS DO CONCELHO DE BORBA-----

Previamente distribuído por todo o executivo, esteve presente proposta de Protocolo a celebrar entre o Município de Borba e o Agrupamento Vertical de Escolas do Concelho de Borba.-----

Na sequência da proposta apresentada pelo Chefe de Divisão, e por proposta do Senhor Presidente deverá ser aprovado o referido Protocolo, que tem por objetivo apoiar a lecionação da unidade didática de natação (componente letiva) assim como a modalidade de natação do desporto escolar, na Piscina Municipal Coberta, durante o ano letivo 2013/2014.-----

Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, a sua aprovação.-----

Ficará cópia do referido documento arquivada em pasta anexa como documento nº.8.-----



PONTO 2.10 – PROPOSTA DE ANULAÇÃO DE FASES DE PROCEDIMENTO CONCURSAL E DE ALTERAÇÃO À COMPOSIÇÃO DO JÚRI-----

Na sequência da informação técnica, bem como do parecer jurídico anexo, por proposta do Senhor Presidente a Câmara Municipal deverá deliberar:-----

- Anular as fases do procedimento concursal, para três assistentes operacionais (vigilantes) em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, após a apresentação das candidaturas;-----
- Alterar a composição do júri, com o fundamento em que um dos elementos do mesmo (Presidente do Júri) deixou de ter a qualidade de Vereador (qualidade com base na qual foi nomeado).-----

Relativamente a este assunto o Senhor Presidente informou que após ter falado com as pessoas que fazem parte do júri deste concurso, com o chefe de divisão e com a coordenada técnica de recursos humanos, concluiu que algo de complicado se passava em relação a este procedimento. Entretanto um membro do júri, por entender que a situação não tinha sido muito clara, fez uma declaração de voto vencido numa das fases do procedimento. Solicitou á consultora jurídica que, juntamente com o chefe de divisão e a coordenadora de recursos humanos, verificasse qual era o ponto da situação. O processo foi analisado por todos, e chegaram á conclusão que o procedimento tinha bases para poder ser anulado a partir da fase de apresentação de candidaturas. Por entender que o procedimento não foi muito claro e, havendo base legal para o poder provar, surge a proposta de anulação de fases do procedimento concursal, e pretende que o mesmo se inicie de forma clara.-----

Usou da palavra o Senhor vereador Jerónimo Cavaco e referiu que este ponto é demasiado complexo para ser discutido sem a presença de algumas pessoas que são importantes neste processo, nomeadamente, a presença do Presidente do Júri (que na altura era o senhor vereador Hugo Mendanha) que



deve ser ouvido. Disse não conseguir entender o parecer jurídico (tem dificuldade na sua leitura). Há duas situações sobre as quais precisa de ser esclarecido: a data em que ocorreu o concurso, a data em que é feita a declaração de voto vencido. Na sua opinião, se há base legal para anular o concurso, obviamente tem que o entender, mas perante os documentos que tem surgem-lhe algumas dúvidas: primeiro: o presidente do júri já não pode ser porque foi nomeado na qualidade de vereador. Segundo: porque há um voto de vencido apresentado por um membro do júri (Sr. Eng^o António Marques) por só ter tido conhecimento deste concurso em 9 de outubro. Contudo faz uma declaração de voto vencido em 18 de outubro havendo, na sua opinião, qualquer coisa que não está bem. Por isto, gostaria de saber se há atas assinadas relativamente á constituição do júri, aos resultados que o júri apurou e se estão homologadas, ou não, as questões. Acrescentou tratar-se de um ponto que não pode ser decido sem ter elementos que lhes permita fundamentar a sua decisão.-----

Usou da palavra o Senhor vereador Joaquim Serra e disse que este ponto é revelador daquilo que se dizia por aí relativamente aos concursos. Sabe que nesta fase ocorreram mais concursos, mas não sabe se houve o mesmo tipo de problemas com esses concursos. Referiu concordar com os argumentos do parecer em que um elemento do júri só teve conhecimento já passadas algumas fases do concurso e, na sua opinião, há qualquer coisa que não está correto. Ou revela alguns vícios que vinham de concursos anteriores em que as pessoas assinavam as atas mas não eram vistas no processo. Se há um membro do júri que faz uma declaração de voto vencido, referindo que só teve conhecimento já tendo decorrido passados várias fases do procedimento, parece-lhe ter havido erros graves que levam efetivamente á anulação do concurso. Concorda com a proposta apresentada: a anulação do procedimento á fase da apresentação de candidaturas, ou seja, ninguém mais se pode candidatar além dos que já se candidataram, sendo a partir desta fase que se reiniciaria o procedimento. Recomendou que, relativamente a todos os concursos que foram feitos na última fase do mandato, viesse numa próxima



reunião informação escrita da consultora jurídica de que todos os outros cumpriram todas a formalidades legais – isto para tranquilidade de todos.-----

Usou da palavra o Senhor vereador Benjamim Espiguinha que disse concordar com a anulação das fases do procedimento. Disse também que esta situação que está presente, tem que ser resolvida, mas considera que esta questão deve servir como ensinamento para o futuro, por entender que devem ser tartadas como deve ser. Frisou que, se era este o modo de agir, fica um pouco preocupado, e não há nada melhor sendo a jurista da Câmara a informar-nos claramente como tudo se processou.-----

Usou da palavra o Senhor Presidente e referiu compreender quando o vereador Jerónimo Cavaco diz que lhe faltam elementos para poder decidir sobre este ponto. Disse que a ele também lhe faltam. Disse ainda aos vereadores que se houver necessidade de ser solicitada a presença de algum elemento do júri, para esclarecer seja aquilo que for, não vê inconveniente nenhum. Realçou a sua opinião sobre este procedimento, que lhe revela alguma coisa que não foi muito boa nem muito clara.-----

Usou da palavra o Senhor vereador Jerónimo Cavaco e referiu concordar com a proposta que foi feita pelo vereador Joaquim Serra, com a qual o vereador Benjamim também concordou, para pedir á consultora jurídica informação sobre os procedimentos que decorreram nesta fase de final de mandato. Contudo, como lhe faltam alguns elementos para poder decidir sobre este ponto, entende que não têm condições para avançar com a discussão, sem que seja solicitado todo o processo. Entende também que se este processo tem alguma ilegalidade, obviamente tem que ser anulado, mas para isso há que perceber o que está por detrás disto tudo, e se há documentos a melhor solução será consultá-los.-----

Para melhor esclarecimento de todo este processo, foi solicitado a processo de concurso nos serviços de recursos Humanos. O processo foi consultado, e tendo surgido algumas dúvidas foi solicitada a presença da coordenadora técnica de recursos humanos e dos elementos do júri: Eng^o Hugo Mendanha e Eng^o. António Nerra Marques.-----

Após a presença das pessoas solicitadas, usou da palavra o Senhor vereador



Jerónimo Cavaco e informou que surgiram dúvidas relativamente ao ponto da ordem de trabalhos “proposta de anulação de fases de procedimento concursal e de alteração à composição do júri”, nomeadamente no que diz respeito ao concurso para a admissão de três vigilantes, que foi lançado em Diário da República de 2013. O pedido de anulação surge na sequência de uma declaração de voto de vencido apresentada pelo Senhor Eng^o António Carlos Marques na qualidade de membro do júri. Segundo informação da Consultora Jurídica da Câmara esta questão constitui vício de forma do concurso, e como tal devem ser anuladas as fases do procedimento, em causa, após a apresentação das candidaturas. Tendo havido dúvidas relativamente a esta questão, e na forma como está escrita a declaração de voto de vencido, foi solicitado o processo junto dos serviços de recursos humanos e, após consulta do mesmo, surgiram algumas dúvidas que suscitam a declaração de voto vencido. Explicou que existem duas atas que são assinadas em datas anteriores à declaração de voto de vencido, nomeadamente, uma em 19 de setembro de 2013, cuja reunião tinha como objetivo proceder à avaliação da prova de conhecimentos, que decorreu no dia 18, em que o Júri (Hugo Mendanha, António Marques e Ana Raposo) deliberou publicitar a lista com os resultados obtidos. Depois existe uma lista também assinada pelos três membros do júri, onde estão as listas de classificação final da prova escrita de conhecimentos. A questão que coloca é a seguinte: “existindo estas duas atas datadas de 19 de setembro, como é que se prova que o Sr. Eng^o. António Marques diga na sua declaração de voto de vencido que só teve conhecimento do concurso no dia 09 de outubro. Ou o texto está mal escrito, ou há um engano de datas na declaração de voto vencido. É sobre isto que pretende ser esclarecido, porque o que está aqui em causa é a anulação de fases do procedimento concursal, que teoricamente está viciado de acordo com a declaração de voto de vencido do Senhor Eng^o. António Marques. Contudo existem os documentos assinados em setembro, pelo Senhor Eng^o. Marques, que comprovam que teria que haver conhecimento da sua parte, porque esteve presente na avaliação e na



correção da prova. “Esta é a interpretação que faço, e gostaria de saber se foi assim ou não?”.....

Foi dada a palavra ao Eng^o. Hugo Mendanha que começou por esclarecer que, na qualidade de presidente de júri do concurso, desconhecia essa declaração de voto de vencido. Disse que sempre se aconselhou com os serviços a nível dos procedimentos que deveriam tomar longo dos concursos. Gostaria que lhe fosse explicado o facto da declaração de voto ter sido apresentada apenas para este concurso quando com os outros concursos, que decorreram na mesma altura, o procedimento foi o mesmo. Disse que, no passado, as provas eram feitas pelos serviços de Recursos Humanos com o apoio da D. Marcelina (sua mãe), que estava a dar apoio. Neste caso concreto, foi o que aconteceu, falou com a Coordenadora de Recursos Humanos que com o apoio da sua mãe elaboraram a prova de acordo com a legislação para cada um dos concursos. Foram feitas as provas escritas e corrigidas também com o apoio da sua mãe, e dada a conhecer aos recursos humanos para se pronunciarem. Entende que, como vereador, não tem que ter conhecimento de toda a legislação, para isso é que existem outros serviços que fazem as avaliações das provas. Reuniram, as provas foram avaliadas e, nada havendo a apontar, assinaram as atas. As atas estão datadas de setembro, e aparece agora uma declaração de voto de vencido, que desconhecia, em que o Eng^o. Marques declara que só teve conhecimento do concurso em outubro. Considera que se o Eng^o. Marques estava contra alguma coisa não assinava as atas, e isso prova que estavam de acordo.....

Usou da palavra o Eng^o António Marques e referiu que sobre o concurso em causa, tendo em conta que houve uma série de reclamações por parte dos concorrentes, consultou a jurista da Câmara no sentido de pedir a escusa do processo, que lhe disse que tal não era possível nesta fase de concurso, ou seja, teria de continuar no concurso até ao fim. Por entender que haveria alguma viciação no concurso e, considerando, não ficar bem com a sua própria consciência, tomou o partido de apresentar a declaração de voto de vencido. Contudo a sua posição era sair do concurso, como isso não foi possível, foi a solução que encontrou. Acrescentou ainda que noutros



concursos, até mesmo na qualidade de júri, só tomada conhecimento dos documentos depois de tudo elaborado.-----

Usou da palavra o Senhor vereador Jerónimo Cavaco, referindo o seguinte: “aquilo que o Eng^o António Marques diz na declaração de voto é de que não teve conhecimento do concurso. Pode não ter sido isso que pretendia dizer, e provavelmente até não seria, mas disse-o. Contudo, há atas assinadas pelo Eng^o António Marques, em datas completamente diferentes, uma em agosto, outra em setembro, e a lista de classificação final. A ata de agosto é a que corresponde á apreciação das candidaturas ao concurso. Se o Senhor esteve presente, ou não, é uma questão completamente diferente. Outra questão ainda mais grave, é quando o senhor diz que poderia ter havido “viciação” no concurso. Faz uma declaração em 18 de outubro onde diz que só teve conhecimento do concurso no dia 09 de outubro, data onde já se tinham processado diversas etapas do mesmo. Contudo as atas estão assinadas com datas anteriores – “teoricamente teve conhecimento”. Aquilo que vem hoje á reunião de Câmara é a anulação de um concurso com base numa declaração do Senhor Eng^o. António Marques, que diz que não teve conhecimento. A pergunta concreta que lhe faço é a seguinte: Teve ou não conhecimento do concurso?-----

O Eng^o. António Marques disse: “de entre os elementos que são apresentados, e provavelmente poderão ter sido incluídos uma série de documentos, por isso pode ser falha minha esta afirmação”.-----
“Pode-se dizer então que tinha conhecimento do concurso – perguntou o vereador Jerónimo Cavaco”. “O Eng^o António Marques disse que sim.”-----

Referiu o vereador Jerónimo Cavaco, que o que está em causa é que se vai pedir a anulação de um concurso com base numa declaração escrita pelo Eng^o. António Marques dizendo que não teve conhecimento do concurso – mas afinal teve conhecimento, independentemente de tudo o que eventualmente possa estar por detrás e, esta é uma decisão diferente.-----

O vereador Jerónimo Cavaco disse que perante esta situação o que se configura aqui é que o teor daquela declaração não é exatamente o correto.



Pode não ser o exatamente o que o Senhor Eng^o queria dizer mas o que é certo é que as atas comprovam que o Senhor as assinou.-----

“Sim, nesse caso... - afirmou o Eng^o. Marques...”-----

“Numa situação destas não pode dizer que não tinha conhecimento, quando tinha... por tudo isto estou esclarecido quanto a esta questão – **afirmou o vereador Jerónimo Cavaco.**”-----

Usou da palavra o Eng^o. Hugo Mendanha e disse o seguinte: “agora que acabei de ler a declaração de voto de vencido apresentada pelo Eng^o. Marques, e relativamente às datas, gostaria de esclarecer algumas coisas com o Eng^o. Marques, nomeadamente, quando ele refere “...já se tinham processado diversas etapas do concurso...”. Informou que o teor da prova escrita é elaborado pelos serviços. Também quando refere “... a data da realização da prova...” Quanto a esta questão sempre o informou verbalmente sobre a data das provas escritas, e nestes casos, a palavra é muito importante. Ainda quando ele refere “...os concorrentes excluídos...” esta é uma questão que é analisada pelos serviços e, estes, depois informam os concorrentes. Por isso não percebo o porquê desta declaração de voto de vencido e porquê para este concurso.”-----

Usou da palavra o Eng^o. António Marques que referiu o seguinte: “a minha posição para este concurso foi diferente dos outros porque, neste concurso havia mais concorrentes do que os lugares disponíveis, e principalmente pelas reclamações apresentadas na Câmara em relação a este concurso. Friso: a minha posição foi em virtude das reclamações apresentadas. Como elemento do júri, a minha posição seria escolher as pessoas que ficaram melhor posicionadas, e julgo que a minha declaração de voto de vencido não anularia o concurso.”-----

O vereador Jerónimo Cavaco perguntou se as reclamações estão no processo e por quem são avaliadas?-----

O Eng^o. Hugo Mendanha informou que as reclamações estão no processo e são avaliadas pelo júri dos concursos. Em alguns casos são pedidos pareceres jurídicos. Neste concurso (vigilantes) foi apresentada uma reclamação pela candidata Vanda Andrade que passou na prova escrita, mas depois na prova



de avaliação psicológica (que foi feita por uma empresa externa) chumbou com 8 valores. Nesta prova a Câmara não teve nada a ver com esta avaliação. Depois de ter recebido a nota da avaliação psicológica, e como chumbou, foi informada de que não passaria á fase seguinte (entrevista). Já nesta fase apresentou reclamação sobre a nota da prova escrita e mais duas situações. Estas reclamações foram analisadas pelo júri e remetidas para a jurista da Câmara, cujos pareceres constam do processo.-----

Usou da palavra o Engº. António Marques e sublinhou que pode ter sido mal informado, mas a sua intenção era que o concurso prosseguisse, nunca pensando que o mesmo fosse anulado.-----

O vereador Jerónimo Cavaco referiu que não é isto que está em causa, e percebe a intenção do Engº. Marques, mas o que se coloca aqui é uma série de procedimentos e envolvem-se uma série de pessoas. Até para defesa das pessoas e dos serviços da própria Câmara tem que haver regras. Aquilo que o Engº Marques escreveu coloca em causa que não foi “tido nem achado” em fase nenhuma do concurso. Disse ao Engº. Marques que já ficou claro que tinha conhecimento do concurso, tendo este respondido que sim. Acrescentou ainda que já em determinada fase disse também que tinha havido muitas reclamações. Por aquilo que viu as reclamações que existem são três da mesma candidata. Uma porque não concordava com a prova escrita, outra por ter sido interrompida por alguém, na prova de avaliação psicológica, para entregar um bilhete à técnica que estava a fazer a prova, isso perturbou o raciocínio da candidata, e outra a reclamar que houve critérios diferentes na correção da prova escrita. Estas reclamações foram respondidas em Outubro, pelo chefe de divisão. Contudo, pegando nas palavras que o Engº. Marques disse: que tinham viciado o concurso e que tinha havido muitas reclamações, e as reclamações que houve foram a já atrás referidas (três) pela mesma candidata. Se foi este o motivo, a declaração de voto de vencido que o Engº. Marques faz é já muito tarde, e a forma como a faz coloca em causa todo o procedimento.-----

O Senhor vereador Jerónimo Cavaco disse que o importante aqui esclarecer é se houve, ou não, inobservância das regras e dos procedimentos do concurso.



Se houve está o vício de forma identificado pela jurista da Câmara e, na sua opinião, o concurso deve imediatamente ser anulado. Se houve e foram cumpridas todas as regras e procedimento nem sequer há discussão – Esta é a sua posição.-----

Usou da palavra o Senhor vereador Joaquim Serra e perguntou ao Eng^o. Marques em que momento é que colocou o voto de vencido e o que o motivou a colocar aquele voto porque, normalmente, o voto de vencido coloca-se no final de uma votação.-----

O Eng^o. Marques respondeu que o voto de vencido foi colocado na fase de análise das reclamações.-----

O vereador Joaquim Serra perguntou se os restantes elementos do júri pretendiam rejeitar as reclamações e o Eng^o. Marques pretendia aprová-las?----

O Eng^o. Marques respondeu que não pretendia aprovar nada, ou seja, a sua intenção era que o concurso prosseguisse com dois votos a favor e um voto contra, ou uma abstenção, uma vez que não se podia excluir do concurso.-----

O vereador Joaquim Serra referiu que em relação à posição do Eng^o. Marques está esclarecido. No que respeita ao que foi dito pelo Eng^o. Hugo Mendanha disse: “quando a Câmara nomeia um júri responsabiliza esse júri pelo concurso, desde o início ao fim do mesmo. O argumento de que são os serviços, a elaborarem as provas, independentemente de prestarem um bom ou mau trabalho, a responsabilidade é do júri. Disse que já teve nesse lugar e nunca delegou a sua responsabilidade nos outros. Tinha que ver as provas e tinha que concordar com elas. Os serviços têm que prestar colaboração, mas a responsabilidade é do júri, sendo para isso que é nomeado. O Júri é responsável pela prova independentemente de quem a fez, não podendo imputar nada para os serviços. Acrescentou que, independentemente daquilo que foi dito pelo Eng^o. Marques, considera que o processo continua a ter vícios de forma que devem ser tratados. Na sua opinião, devem seguir a proposta da consultora jurídica e manter também a sua posição, ou seja, que relativamente aos outros concursos deveria ser feita auditoria a todos eles.”-----

Usou da palavra o Senhor vereador Jerónimo Cavaco dizendo que não consegue ver onde estão os vícios de forma, neste momento, porque o único



vício de forma apresentado pela jurista é baseado na declaração de voto de vencido do Eng^o. Marques, e o Eng^o acabou de confirmar que esta carta surge como declaração de voto de vencido e que aquilo que está escrito não era o que queria dizer. Portando, não vejo, em nenhuma fase do processo, neste momento, algo de palpável onde exista algum vício de forma. Se na avaliação deste processo há mais vícios de forma, neste momento, não os conhece. Se o Senhor vereador Joaquim Serra vê mais algum vício de forma no processo pelo facto do Eng^o. Hugo ter dito ...que foram os serviços que fizeram..., isso é uma questão que deve ser avaliada. O único vício de forma que existe aqui é aquele que a jurista da Câmara apontou com base nos documentos que tinha. Certamente que a jurista não tinha na sua posse todos os elementos, quando fez o parecer. Esta é uma situação que terá que ser tomada mas, perante aquilo que acabaram de discutir, considera que não existe vício de forma.-----

Usou da palavra o Eng^o. Hugo Mendanha e, respondendo ao vereador Joaquim Serra disse não estar a descartar as suas responsabilidades, enquanto presidente do júri, na altura na qualidade de vereador. Está a ver que o seu nome está a ser “manchado” por causa de uma carta que não faz muito sentido. Quando disse que os serviços realizaram a prova, tal como o vereador Serra sabe porque já esteve nesta posição, os serviços já cá estão há muitos anos e são eles que prestam apoio nestas coisas. Reforçou que não descartou nenhuma responsabilidade, e está um pouco chocado com o que se está aqui a passar porque o seu nome está a ser manchado. Por todas as empresas por onde passou foi sempre muito transparente, muito responsável e muito claro nas coisas. O Eng^o. Marques, já esclareceu o conteúdo desta carta, há incongruência nas datas, por isso cabe aos eleitos decidir.-----

Usou da palavra o Senhor vereador Benjamim Espiguiha referindo que há pouco disse que concordava com esta anulação, mas não haveria nada melhor que sendo a jurista da Câmara a informar-nos claramente como tudo se processou. Contudo, agora verifica que o parecer da jurista é unicamente baseado na declaração de voto do Eng^o. Marques, e nem sequer consultou o processo, tanto mais que se o tivesse consultado teria verificado as atas assinadas pelo Eng^o. Marques. Disse que perante esta situação, e pelo que foi



aqui dito, na sua opinião, não concorda que se anule o concurso. Estando perante um parecer jurídico, considera que seria mais prudente haver um novo contacto com a jurista, sob pena de podermos vir a decidir alguma coisa com base num pressuposto errado que, na sua opinião, é o que é evidente nesta declaração e na exposição feita quer pelo Eng^o Hugo Mendanha, quer pelo Eng^o António Marques.-----

Usou da palavra o Senhor Presidente e disse que não pretende meter ninguém em causa, o que está aqui em causa é uma situação que não é clara. “Numa situação destas, e depois de todas estas explicações, vou votar a favor da anulação do concurso, por uma questão de princípio, uma questão de pormenor e uma questão de clareza. Não é por uma questão de palavras escritas, vou fazê-lo porque em consciência entendo que deve haver clareza em todas as situações. Estou preocupado que haja, no mínimo, clareza em tudo o que aqui está e, como diz o vereador Serra, analisar todos os procedimentos em relação aos outros concursos todos, por uma questão de respeito pelas pessoas. Acima de tudo o que é preciso, neste momento, é que haja clareza.”-----

Entretanto o Senhor vereador Jerónimo Cavaco perguntou ao Senhor Presidente qual é o fundamento para propor a anulação do concurso?-----

Respondeu o Senhor Presidente: “o fundamento para propor a anulação do concurso é a pouca clareza, independentemente de toda a conversa que aqui se passou, na minha opinião, há qualquer coisa que não é clara.”-----

Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por maioria, com três votos a favor e dois votos contra, a sua aprovação. Votaram a favor o Senhor Presidente e os Senhores vereadores Joaquim dos Santos Paulo Espanhol e Joaquim José Serra Silva. Votaram contra os Senhores Vereadores Jerónimo João Pereira Cavaco e Benjamin António Ferreira Espiguinha.-----

Ficará cópia dos referidos documentos arquivada em pasta anexa como documento n^o.9.-----



PONTO 2.11 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO ÀS NORMAS DE PARTICIPAÇÃO GERAIS NA FESTA DA VINHA E DO VINHO (VINHOS)

Por proposta do Senhor Presidente deverão ser alteradas as Normas de Participação Gerais (Vinhos), para a Festa da Vinha e do Vinho/2013, aprovadas em reunião de Câmara de 17 de julho de 2013.-----

Conforme documento distribuído, a referida alteração verifica-se no primeiro parágrafo do ponto 7. Funcionamento do Fornecimento de Vinhos na Restauração e Similares, passando o mesmo a ter a seguinte redação: “A entrega para venda de vinhos na Festa da Vinha e do Vinho 2013, na restauração e similares, é da exclusiva responsabilidade dos Produtores/Engarrafadores de Vinhos do Alentejo presentes na Festa da Vinha e do Vinho 2013”.-----

Antes de colocar a proposta à votação o Senhor Presidente informou que, na última reunião de Câmara já tinha falado sobre esta questão. Disse que pretende, com esta alteração, que os proprietários dos restaurantes comprassem os vinhos diretamente aos produtores, sendo esta uma situação pontual.-----

O Senhor vereador **Jerónimo Cavaco** referiu não ter nada a opor à proposta de alteração. No entanto, existem as normas de participação que já foram aprovadas em reunião de Câmara e que têm que ser do conhecimento da Comissão Organizadora. Provavelmente o Senhor Presidente já deve ter transmitido esta alteração á Comissão, tendo em conta que estamos a três dias da abertura da Festa.-----

O Senhor Presidente disse que já transmitiu, informalmente, à comissão organizadora que lhe disseram não haver inconveniente, desde que tudo seja feito com clareza e que a Câmara tenha conhecimento da alteração.-----

O Senhor vereador **Joaquim Serra** disse que não vê inconveniente na proposta de alteração, até porque nunca concordou com esta questão antes de ser alterada.-----



Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, a sua aprovação.-----

Ficará cópia do referido documento arquivado em pasta anexa como n.º.10.-----

PONTO 2.12 – PROPOSTA PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTO “AQUISIÇÃO CONTÍNUA DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS – GASÓLEO E GASOLINA – PARA OS ANOS DE 2014/2015-----

Previamente distribuídas por todo o executivo, estão presentes informações técnicas (que ficarão arquivadas em pasta anexa como documento n.º.11). De acordo com as referidas informações, e parecer jurídico, e nos termos da alínea b) do n.º1 do art.º.20º do CCP aprovado pelo Decreto-Lei n.º.18/2008 de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º.278/2008 de 02 de Outubro, em conjugação com a alínea f) do n.º. 1 do artigo 33º. da Lei n.º.75/2013, de 12 de setembro, o Senhor Presidente propôs:-----

- a) Aprovar a abertura de Concurso Público para a “Aquisição Contínua de Combustíveis Rodoviários – Gasóleo e Gasolina – para os anos de 2014/2015”, cujo valor estimado para os dois anos é de: 273.120,00 Euros referentes à aquisição de gasóleo (Lote 1), e de 5.632,00 Euros referentes à aquisição de gasolina 95 (Lote 2), cuja adjudicação fica condicionada à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 6º da Lei n.º.8/2012, de 21 de fevereiro.-----
- b) Nos termos do n.º.2 do art.º.40.º do referido diploma legal, aprovar as peças do procedimento, nomeadamente, o Caderno de Encargos e Programa de Procedimento;-----
- c) Que nos termos do n.º.1 do artigo 67.º do referido diploma legal o júri para acompanhamento do procedimento de formação de contrato seja composto da seguinte forma:-----



Vogais Efetivos:-----

- . António Miguel Lanternas Passinhas - Presidente;-----
- . António Carlos Silveira Menezes Nerra Marques, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos;-----
- . Maria de Fátima Santos Cabaço-----

Vogais Suplentes:-----

- . Manuel Lino Pisco Anjinho;-----
- . Nuno Miguel Pinto Panasco-----

d) Que no critério de adjudicação seja adotado o mais baixo preço;-----

Relativamente a este ponto o Senhor Presidente informou que a proposta apresentada é no sentido das que foram feitas em anos anteriores. Foi analisada ao pormenor e obedece a todos os procedimentos legais.-----

O Senhor vereador Jerónimo Cavaco referiu não ver qualquer inconveniente nesta proposta. Quanto à questão da gasolina e do gasóleo disse não haver redução nenhuma em relação aos anos anteriores. O preço que está a ser contratado, pelas contas que fez, é um pouco abaixo daquilo que é a prática do mercado neste momento.-----

O Senhor vereador Joaquim Serra disse que este concurso, á semelhança de anos anteriores, é feito para gasóleo e gasolina, mas no último concurso não foram apresentadas propostas para gasolina. A gasolina face aos litros que são ninguém vai montar um depósito, nas oficinas, para fornecer gasolina e também não vão fornecer a gasolina em bidões. Tendo em conta que o preço dos combustíveis está sempre a oscilar, não sabe até que ponto há alguma vantagem na abertura do concurso para dois anos. Ou o preço é com algum valor de referência sendo depois possível ajustar, ou então fica um valor fixo, mas se depois o valor aumenta a Câmara perde dinheiro. Por isso, na sua opinião, o concurso deveria ser aberto só por um ano, em que o preço deveria ser um valor de referência que poderia, ou não, oscilar conforme as oscilações do mercado.-----

O Senhor vereador Jerónimo Cavaco referiu concordar com o que foi dito pelo vereador Joaquim Serra, quanto á questão da abertura do concurso por um



ano. Até porque estão a assumir compromissos, em termos de fundos disponíveis. Pensa que pode ser uma questão a avaliar posteriormente.-----

Usou da palavra o Senhor vereador Benjamin Espiguinha referindo que, na sua opinião, também lhe parece mais prudente que o concurso fosse por um ano.-----

O Senhor Presidente disse que também não vê inconveniente que este concurso seja aberto por um ano, questão essa que vai ver com os serviços e, se for mais vantajosa, poderá vir a ser equacionada em anos seguintes.-----

Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta presente à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, a sua aprovação.-----

PONTO 2.13 – DESIGNAÇÃO DE UM REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NO CONSELHO GERAL DA GESAMB-----

Tendo em conta que decorreram eleições, e com a tomada de posse do novo executivo, torna-se necessário designar um representante do Município para o Conselho Geral da GESAMB.-----

Face ao exposto, o Senhor Presidente propôs que fosse designado o Senhor Vereador Joaquim dos Santos Paulo Espanhol.-----

Nos termos do n.º.3 do art.º.55º da Lei n.º. 73/2013, de 12 de setembro, e após votação por escrutínio secreto foi deliberado, por unanimidade, designar o Senhor Vereador Joaquim dos Santos Paulo Espanhol, para representar o Município no Conselho Geral da GESAMB.-----

PONTO 2.14 – DESIGNAÇÃO DE UM REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NO NÚCLEO LOCAL DE INSERÇÃO-----

A decisão deste ponto transitou para a próxima reunião de Câmara.-----



PONTO 2.15 – DESIGNAÇÃO DE UM REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NA EQUIPA DE COORDENAÇÃO CONCELHIA NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE INTERVENÇÃO PRECOCE-----

A decisão deste ponto transitou para a próxima reunião de Câmara.-----

PONTO 2.16 – DESIGNAÇÃO DE UM REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NA ASSEMBLEIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO ESTER-----

A decisão deste ponto transitou para a próxima reunião de Câmara.-----

PONTO 2.17 – DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO NO CONCELHO GERAL DO AGRUPAMENTO VERTICAL DE ESCOLAS DO CONCELHO DE BORBA-----

A decisão deste ponto transitou para a próxima reunião de Câmara.-----

PONTO 2.18 – ATIVIDADES DA CÂMARA-----

O Senhor Presidente informou que, neste início de mandato, as suas atividades tiveram que ver essencialmente com:-----

- O conhecimento dos serviços e do funcionamento dos mesmos;-----
- A preparação da Feira dos Santos, que decorreu dentro da normalidade;-
- A preparação da Festa da Vinha e do Vinho;-----



O vereador Joaquim Espanhol, relativamente aos seus pelouros, prestou as seguintes informações:-----

- Realização de obras no Centro Cultural, nomeadamente, conclusão do reboco, substituição de tábuas no soalho que estavam apodrecidas, limpeza do edifício, conclusão de pinturas exteriores, pinturas em divisórias interiores;-----
- Trabalhos a nível de esgotos pluviais; -----
- No pavilhão desportivo municipal, procedeu-se à reparação de ruturas nas canalizações do edifício e à verificação de infiltrações na cobertura, nomeadamente desobstrução e limpeza dos algerozes; -----
- No Polidesportivo do Barro Branco foi colocada a rede nas vedações dos topos do polidesportivo; -----
- Limpeza de esgotos domésticos no Barro Branco;-----
- Execução de uma caixa domiciliária na estrada de Montes Claros; -----
- Diversos serviços de desobstrução de algeroz;-----
- Limpeza de bermas e valetas;-----
- Reparação de ruturas da rede de águas;-----
- Desobstrução da galeria da rede pluvial da Sovibor;-----
- Limpeza de fossas; -----

Na semana de 28 de Outubro a 1 de Novembro: -----

- A principal preocupação foi o recinto onde iria decorrer a Feira dos Santos, sendo que, se procedeu à desmatação da mesma, à regularização e compactação do terreno com saibre, marcação dos terrados para a feira e colocação dos pontos de água; -----
- Loteamento do Chalé – continuação do arranjo urbanístico do reboco dos muretes; -----
- Estrada do Álamo – regularização de pavimentos da faixa de rodagem com nivelador e cilindro;-----



- Na semana de 4 de Novembro até à presente data: -----
- Feira dos Santos - limpeza do recinto; -----
 - Festa da Vinha e do Vinho: -----
 - colocação do palco; -----
 - colocação de pontos de água; -----
 - colocação de quadro elétrico na Tenda instalada junto ao Pavilhão; -----
 - verificação da rede de esgotos; -----
 - Obras na Porta do Castelo - remoção das valas da responsabilidade do Município; -----

O Senhor Vereador Joaquim Espanhol confirmou que ambas as retroescavadoras estavam a funcionar. Seguidamente, o senhor Vereador Jerónimo Cavaco, questionou o porquê de se ter alugado uma máquina durante dois dias a fazer a limpeza das valas na Orada.-----

O Senhor Vereador Joaquim Espanhol, explicou que essa situação se deveu ao facto de, na semana em que isso se verificou, ter sido a semana de grandes chuvadas e inundações. As duas máquinas da Câmara estavam ao serviço de outras obras e a situação que se verificou na estrada da Orada para Santo Aleixo (situação que também foi acompanhada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Orada) requeria uma intervenção imediata, daí se ter alugado outra máquina para o efeito. -----

O Senhor Presidente, usou da palavra, respondendo à primeira questão colocada pelo senhor Vereador Jerónimo Cavaco, dizendo que relativamente à Porta do Castelo, a empresa fez um pedido de prorrogação do prazo, por mais um mês, para conclusão da obra.-----

O Senhor Vereador Joaquim Serra, perguntou qual era o ponto de situação da obra de Requalificação da Escola. -----

O Senhor Presidente, disse que estava à espera de saber o ponto exato da situação, para poder proceder à entrega dos equipamentos informáticos.-----

Sobre esta questão, o senhor Presidente mostrou todo o interesse em entregar a todos os membros do executivo, um relatório pormenorizado da situação,



bem como trazer à reunião a Arquiteta Rosalina de forma a que possa, também ela, explicar e esclarecer alguma dúvida em relação a este assunto.----

Antes de dar a reunião por encerrada o Senhor Presidente procedeu à leitura das deliberações aprovadas em minuta, que foram aprovadas por unanimidade, e ficarão arquivadas em pasta anexa.-----

-----ENCERRAMENTO-----

Por não haver mais nada a tratar, o Senhor Presidente deu a reunião por encerrada, pelas quinze horas da qual se lavrou a presente ata, composta por quarenta e uma páginas, que por ele vai ser assinada, e por mim, Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Coordenadora Técnica, que a redigi.-----

O Presidente da Câmara

A Coordenadora Técnica
